

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho): Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Envolvimento político-partidário longe de ser regra	2
Título: Imposto sobre telefone luz e gasolina é a saída preferida dos estados	3
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	5
Título: Bolsonaro deverá herdar mais de 50 concessões e privatizações de Temer	5
Título: Tecendo relações, Paulo Marinho foi de playboy a amigo do presidente	6
Título: Conferência do Clima começa com senso de urgência e tensões políticas	10
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	12
Título: Inflação menor com recuo do preço ao produtor	12
Título: Minas nega atrasos; fundação destaca investimentos	13

VEÍCULO: O Globo**Data: 20/10/2018****Seção: O País****Autor:****Título: Envolvimento político-partidário longe de ser regra**

Dois generais próximos a Bolsonaro são filiados: o futuro ministro do GSI, Augusto Heleno (PRP) e o vice, Mourão, do PRTB

O que conta a favor dos militares que vão despachar dentro do Planalto, segundo as fontes ouvidas pelo GLOBO, é o distanciamento deles da atividade político-partidária. Dois integrantes das Forças Armadas, no entanto, têm filiação partidária, ainda que recente. Mourão está no PRTB desde abril deste ano. Heleno faz parte do PRP, também desde abril deste ano.

O futuro ministro do GSI quase foi o candidato a vice-presidente na chapa de Jair Bolsonaro, o que só não ocorreu por divergências partidárias.

O futuro ministro da Defesa será o general da reserva Fernando Azevedo e Silva. Antes, por indicação do atual comando do Exército, Azevedo assessorou o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli. Azevedo tem uma relação de amizade com Mourão e Heleno, o que pode garantir um canal de diálogo entre o Palácio do Planalto e o Ministério da Defesa. Ao lado de Heleno, o general participou de agendas importantes de Bolsonaro, como ocorreu nos encontros com a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, e com o conselheiro de Segurança Nacional dos Estados Unidos, John Bolton.

Além dos generais do Exército, o governo de Bolsonaro terá outros integrantes que já foram militares ou que têm ou tiveram alguma relação com a área. **O ministro de Minas e energia será o almirante Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Junior, diretor-geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha.** O astronauta Marcos Pontes, futuro ministro da Ciência e Tecnologia, é tenente-coronel da Aeronáutica. O ministro da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU), Wagner Rosário, passou pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e chegou a capitão do Exército. Bolsonaro tem uma visita marcada hoje na academia que o formou, em Resende.

O futuro ministro de Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, formou-se no Instituto Militar de Engenharia (IME) e também teve carreira militar antes de ingressar por concurso público em outras carreiras.

Já o futuro ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, é professor emérito da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

O grupo de transição do governo tem mais três generais da reserva do Exército em atuação — dois ainda podem ser escalados para alguma função. O terceiro, general Oswaldo Ferreira, desistiu de ser ministro, apesar do protagonismo tanto na campanha quanto na transição. Ele era dado como certo no Ministério da Infraestrutura. (Vinícius Sassine)

VEÍCULO: O Globo

Data: 20/10/2018

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura

Título: Imposto sobre telefone luz e gasolina é a saída preferida dos estados

Para tentar equilibrar as contas, elevação do ICMS sobre consumo vira alternativa mais cômoda para governadores

BRASÍLIA- A necessidade de aumentar as receitas em meio à crise fiscal tem levado os estados a avançar cada vez mais no bolso dos consumidores para tentar equilibrar as contas. Boa parte dos governadores tem elevado as alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), principal fonte de arrecadação própria, sobre itens fundamentais como energia elétrica, gasolina e comunicações (telefone, internet e televisão por assinatura). Os três segmentos somados respondem por mais de um terço da receita de ICMS em quase todos as unidades da federação, segundo dados do Ministério da Fazenda.

Em grande parte desses estados, a participação dos itens no bolo total do ICMS está acima de 40%, como é o caso do Rio de Janeiro. Imposto sobre energia, combustíveis e comunicações são considerados de aplicação mais fácil e de retorno rápido para os combalidos caixas estaduais. Essa comodidade para os estados, porém, faz com que a conta de luz e os preços da gasolina e da telefonia disparem.

O Tesouro Nacional solicitou aos estados informações sobre a participação dos principais produtos ou serviços que influenciam na arrecadação de ICMS e as alíquotas aplicadas. Dezesesseis estados e o Distrito Federal responderam.

O item mais mencionado como importante para a arrecadação em ICMS foi a distribuição de energia elétrica. Os combustíveis, representados por gasolina, diesel e querosene de aviação, também estão entre os principais responsáveis pela arrecadação do imposto na maioria dos estados. Em seguida vêm comunicações. Também foram citados com frequência as categorias veículos e alimentos e bebidas.

Gabriel Leal de Barros, diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI), ligada ao Senado, reconhece que esses setores são a "joia da coroa" da arrecadação estadual, mas alerta que a concentração da receita pública nesses itens gera distorções. A alta nos preços finais incentiva o mercado clandestino, como os "gatos" de energia.

— É cômodo para os governos estaduais aumentarem as alíquotas de ICMS desses setores. Mas um dos efeitos colaterais é aumentar as perdas nos setores de energia e de comunicação, além do mercado ilegal de combustível.

ciadas, de acordo com a mercadoria e serviço a serem tributados. Sua arrecadação representa cerca de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) há 15 anos, segundo o Tesouro. Em 2017, somou R\$ 445,6 bilhões em todo o país.

As alíquotas de ICMS são definidas por estado. Porém, segundo o Tesouro, há "uma certa homogeneidade" entre os governos. No caso do serviço de comunicação, a alíquota varia de 25% a 30%. Para os combustíveis, o óleo diesel possui alíquota de 12% em diversos estados. A gasolina varia de 25% a 31%, entre eles.

As alíquotas aplicadas à energia elétrica variam bastante entre os estados e os consumidores. Das famílias rurais, por serem em geral de menor renda, são cobradas alíquotas menores. Às atividades comerciais e industriais são impostas alíquotas maiores, por terem facilidade em repassar parte do custo.

Um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) constatou que várias unidades da federação vêm aumentando alíquotas de ICMS desde 2015 como estratégia para conter as quedas de receita em meio à crise. Com isso, os estados tiveram uma melhora na arrecadação neste ano.

"Nota-se, contudo, que o ICMS se tornou um imposto cada vez mais dependente do desempenho dos setores de energia elétrica, combustíveis e comunicação. Mesmo estados com economias mais diversificadas, cuja arrecadação supostamente não dependeria tanto de setores específicos, atualmente têm suas arrecadações fortemente concentradas nos setores supracitados", diz o relatório assinado pelos pesquisadores do Ipea Mônica Mora, Cláudio Hamilton Matos e Felipe dos Santos Martins.

Em 2017, as contas dos estados tiveram um rombo de R\$ 13,9 bilhões, de acordo com o Tesouro. Neste ano, até agora, conforme o Ipea, os gastos cresceram 3,4%, puxados pela despesa com servidores ativos e inativos. Mesmo com a alta das receitas em 2,7%, a conta não fecha.

SOLUÇÃO ERRADA

Para José Roberto Afonso, pesquisador sênior de Economia Aplicada da FGV/Ibre, o aumento das alíquotas de ICMS atenua o déficit dos estados, mas não resolve:

— Resta saber se a majoração de alíquota se converterá em receita, porque mudanças estruturais estão deprimindo a base de cálculo. Um bom exemplo é a telefonia fixa, que se usa cada vez menos: não adianta subir a alíquota, porque a arrecadação cairá inexoravelmente.

Afonso defende que os estados invistam na modernização da cobrança dos impostos, no uso de novos métodos de fiscalização. Também diz que os governadores deveriam apostar na securitização da dívida ativa. Nesse caso, o estado vende, com deságio, créditos que tem a receber, para antecipar receita. Leal de Barros, da IFI, critica a recorrente tentativa de ajuste fiscal com aumento de impostos sem corte de gastos:

— A gente está fazendo ajuste pelo lado da receita há tempos e não dá certo. Nunca houve uma redução sistemática de gastos. Para reduzir o fardo do ICMS, tem que atacar a despesa.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 20/10/2018

Seção: Colunas

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Bolsonaro deverá herdar mais de 50 concessões e privatizações de Temer

Mercado Aberto

O presidente eleito Jair Bolsonaro deverá herdar pelo menos 57 projetos da atual gestão do PPI (Programa de Parceria de Investimentos).

São concessões, privatizações e renovações de contrato que já foram estruturadas, analisadas pelo Tribunal de Contas da União e cujos editais já foram redigidos.

Outros 31 estão estruturados, mas sem todas as etapas preparatórias concluídas.

A estimativa do governo atual é que, somados, resultem em investimentos de R\$ 133 bilhões. O setor de portos é o que concentra mais iniciativas, com 22.

Ainda neste ano, deverão ser lançados editais de lotes de transmissão de energia, mineração e terminais portuários.

Concessões ligadas à área de transportes têm mais chances de sucesso, até por carregarem um maior aprendizado de experiências anteriores, segundo Fernando Vernalha, sócio do VG&P Advogados.

“Em compensação, há situações mais sensíveis, como as de privatização. Um exemplo clássico é a Eletrobrás, mas também há casos como o dos Correios ou da Casa da Moeda.”

Apesar da expectativa positiva da iniciativa privada com a lista de projetos, é preciso saber qual equipe do novo governo ficará encarregada de trabalhá-la, segundo Sandro Cabral, professor do Insper.

“Embora haja pessoal técnico muito competente no PPI, é preciso ter articulação política. Sem uma clareza [sobre como será a condução no Congresso], os investidores estrangeiros vão refrear.”

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 20/10/2018

Seção: Mercado

Autor: Raquel Landim

Título: Tecendo relações, Paulo Marinho foi de playboy a amigo do presidente

Ex-companheiro da atriz Maitê Proença e parceiro de empresários polêmicos amplia trânsito na política

Perfil

Paulo Marinho

Maitê Proença, atriz; **Moreira Franco, ministro do governo Michel Temer**; Roberto Kalil, médico; Marcelo Crivella, prefeito do Rio de Janeiro; Sérgio Bermudes, advogado. E não para por aí. Tem também João Doria, governador eleito de São Paulo; Ricardo Boechat e Roberto D’Ávila, jornalistas; José Dirceu, ex-ministro do governo Lula; Roberto Medina, criador do Rock in Rio; Jair Bolsonaro, presidente eleito da República.

O que essas figuras — de ramos tão diferentes quanto entretenimento, direito, mídia, medicina e política — têm em comum é o fato de serem ou terem sido próximas do empresário Paulo Marinho. Mestre na arte de fazer amigos, ele é descrito como simpático, bom de conversa, envolvente. Avesso a aparições públicas nas últimas décadas, o empresário voltou a ganhar os holofotes depois que sua casa no Jardim Botânico, bairro nobre do Rio de Janeiro, se transformou no principal quartel-general de Bolsonaro. Marinho se envolveu diretamente na campanha do agora presidente eleito e montou em sua residência um estúdio para a gravação da propaganda eleitoral.

Os jornalistas se acotovelavam no seu portão, porque era um dos poucos lugares aonde o candidato ia regularmente. Depois da vitória, a casa abrigou ainda a primeira reunião da equipe de transição, e André Marinho, filho do executivo, atuou como tradutor no telefonema entre Bolsonaro e o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. Bolsonaro e Marinho são, portanto, próximos, mas não podiam ter backgrounds mais diferentes. Bolsonaro vem de uma família de classe média baixa e tem valores conservadores; o executivo frequenta a alta sociedade carioca e, na juventude, gostava de badalação e belas mulheres.

Nascido no Rio de Janeiro, em 1952, Marinho começou a trabalhar aos 14 anos como uma espécie de ajudante de ordens de Ronaldo Xavier de Lima, dono da Excelsior Seguros, marido da ex-miss Brasil Martha Rocha e um dos maiores playboys da cidade. Pouco tempo depois, o jovem passou a atuar em corretoras no incipiente mercado financeiro do Rio e a ganhar dinheiro. Tinha 21 anos quando conheceu a estonteante atriz francesa Odile Rubirosa. Aproximou-se do mundo do entretenimento e da mídia e tornou-se amigo de jornalistas renomados como Zózimo do Amaral, Roberto D'Ávila e Ricardo Boechat.

Já separado de Odile, se enamoraria de Maitê Proença, com quem teve uma filha, Maria. Liberal, não se importou que a atriz posasse nua para a Playboy. A fim de que Maitê mantivesse a pensão que recebia do pai, ex-militar, os dois não chegaram a se casar. O envolvimento mais intenso com a política começaria na década de 1980. Convidado por Boechat, ajudou na vitoriosa campanha de Moreira Franco ao governo do Rio, em 1986. O jornalista se tornaria secretário de Comunicação estadual, mas Marinho preferiu não ir para o governo.

O executivo começou ali um padrão que se repetiria por toda a vida. Nunca ocupou um cargo público e sempre preferiu o setor privado, utilizando seus contatos na política para fazer negócios. Sua amizade com Moreira Franco, por exemplo, o ajudaria em sua nova empreitada ainda no fim da década de 1980: o Rock in Rio. O festival ocorreria pela primeira vez em 1985, mas sofreu ferrenha oposição do então governador, Leonel Brizola (PDT). Com Moreira Franco no poder, o publicitário Roberto Medina, idealizador do evento, recorreu a Marinho para conseguir apoio político.

Ainda assim, por pouco, o Rock in Rio quase não saiu. Uma liminar chegou a cancelar o festival, sob o argumento de que o Maracanã não estava preparado para receber tantas pessoas. A decisão foi derrubada, mas Marinho e Medina foram obrigados a reforçar toda a arquibancada do estádio, o que elevou os custos. O evento aconteceu em 1990. Foi enorme sucesso, mas gerou pesados prejuízos para os dois. Em meio a esse embate jurídico, Marinho passou a ir com frequência ao escritório do advogado Sérgio Bermudes, contratado para cuidar

do Rock in Rio. Lá foi apresentado ao jovem Gustavo Bebianno, que era estagiário. Marinho e Bermudes ficaram amigos. O empresário se casou com sua terceira mulher, Adriana, em uma cerimônia na casa do advogado, celebrada por um juiz amigo dele: Luiz Fux, hoje ministro do Supremo Tribunal Federal.

Também foi Bermudes que apresentou Marinho a um dos seus maiores parceiros de negócios, com quem trabalharia por 17 anos, e é um dos poucos inimigos desse bon vivant: o empresário Nelson Tanure. O baiano Tanure, especialista em comprar empresas quebradas, assumir seus litígios na Justiça e ganhar dinheiro com isso, contratou Marinho para ser diretor de sua nova investida, o estaleiro Velmore. Sediado em Angra dos Reis, o Velmore foi comprado em concordata, mas, ainda assim, chegou a empregar quase 4.000 pessoas depois de conseguir contratos bilionários com a Petrobras para a construção de plataformas de petróleo.

Para vencer licitações, o estaleiro baixava os preços e ficava na expectativa de obter aditivos que compensassem os custos e gerassem lucros. Deu confusão. A Petrobras passou a cobrar o Velrome por plataformas fora da especificação, enquanto o estaleiro acusava a estatal de mudar o projeto sem elevar os preços. A disputa foi para a Justiça e começou a se arrastar. Marinho decidiu sair do estaleiro e acertou com Tanure, como parte de seu pacote de desligamento, um percentual no contrato com a Petrobras. Logo em seguida, foi trabalhar para outra figura bastante polêmica — o banqueiro Daniel Dantas, do Opportunity.

Dantas queria que Marinho utilizasse seus contatos para ajudá-lo a entrar no capital da antiga Telemar, operadora de telefonia do Rio. O negócio foi bem-sucedido, mas Marinho e Dantas se desentenderam. Até hoje não se gostam. Nesse período, a revista Veja revelou um diálogo entre Marinho e Boechat. Na conversa, o repórter de O Globo lia para o amigo e fonte uma reportagem que escrevia sobre a briga de Dantas com os demais sócios.

O escândalo provocou a demissão do jornalista. Marinho então voltaria a trabalhar para Tanure, dessa vez no Jornal do Brasil, outra empresa em dificuldades que havia sido adquirida. Lá reencontraria Bebianno, que atuava como diretor jurídico. No JB, Marinho foi contratado como vice-presidente de assuntos governamentais.

Sua função o obrigou a se mudar para Brasília, onde viveu de 2003 a 2006, no primeiro mandato do presidente Lula. A capital federal ampliou horizontes na política. Até ali, era bem relacionado com nomes cariocas. Conversava com frequência com o então prefeito, Eduardo Paes, e com o governador Sérgio Cabral, hoje preso por corrupção. Em Brasília, costumava dar jantares memoráveis em sua suntuosa casa no Lago Sul e quase sempre era agraciado

com a presença dos três “Zés”: José Sarney (MDB), presidente do Senado, José de Alencar (PL), vice-presidente da República, e José Dirceu (PT), ministro da Casa Civil.

Ele conheceu Dirceu em um evento do JB para o qual o convidou como palestrante. Os laços entre os dois acabaram se tornando tão estreitos que, quando o petista caiu em desgraça no mensalão, Marinho tratou de ajudá-lo. Conversou com deputados para tentar impedir a cassação do mandato de Dirceu na Câmara, o que acabaria ocorrendo, e chegou até a contratá-lo como colunista do JB. Dizem pessoas próximas que o real motivo era ajudar Dirceu, que enfrentava uma situação financeira delicada. Além de cuidar de interesses do jornal, Marinho usava contatos no Superior Tribunal de Justiça para ajudar Tanure na disputa com a Petrobras.

O empresário acabaria vencendo o processo, obtendo quase R\$ 200 milhões de indenização, pagos por seguradoras contratadas pela estatal. Marinho acreditava ter direito a uma parte do dinheiro, por causa do acerto feito quando saiu do estaleiro. Tanure discordava. Os dois romperam e se enfrentam há anos nos tribunais no Brasil e nos Estados Unidos. Já foram condenados em várias instâncias a pagar milhões um ao outro. Estariam perto de um acordo. Desde esse período, não tem patrimônio em seu nome, para evitar bloqueio judicial. Doou tudo para a mulher, com quem é casado com separação de bens. Sua declaração de Imposto de Renda revela posses de pouco mais de R\$ 700 mil, o que é incompatível com seu estilo de vida.

Marinho voltou para o Rio e passou a trabalhar como consultor. Anos depois, com a eleição de 2018 se avizinando, decidiu apoiar o tucano João Doria para a Presidência da República. Doria acabara de ser eleito prefeito de São Paulo em primeiro turno. Organizou para o amigo paulistano dois jantares, com cerca de 200 pessoas cada um, a fim de apresentá-lo à elite do empresariado carioca. Um dos eventos ocorreu no refinado Country Club do Rio; o outro, em sua própria casa. Doria não decolou no PSDB. Marinho ficou sem candidato até receber um telefonema de Bebianno, que tinha se tornado faz-tudo de Bolsonaro. No fim de 2017, Bebianno levou o deputado a um jantar na casa de Marinho. A empatia teria sido imediata.

Estava presente o filho André, que se tornaria exímio imitador de Bolsonaro. Desde então, Marinho só se refere ao presidente eleito como “o capitão”. Quando Bolsonaro sofreu a facada em Juiz de Fora (MG), foi Marinho que mobilizou o Hospital Sírio-Libanês, por intermédio do cardiologista Roberto Kalil, para atendê-lo. O político, porém, acabou no rival Albert Einstein. Marinho também foi convidado por Flávio Bolsonaro, o filho mais velho do presidente eleito, para ser seu suplente no Senado.

Caso Flávio se candidate a prefeito do Rio em 2020 — o que ainda depende de uma interpretação da lei eleitoral —, seria o primeiro cargo público da vida de Marinho. Interlocutores que o conhecem dizem que não almeja o Senado. Prefere fazer o que sempre fez: cultivar amigos e pontes entre a iniciativa privada e os políticos.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 20/10/2018

Seção: Ciência

Autor: Ana Carolina Amaral

Título: Conferência do Clima começa com senso de urgência e tensões políticas

Na cidade de Katowice, na Polônia, negociadores discutirão implementação do Acordo de Paris

São Paulo- Começa neste domingo (2) a COP-24 do Clima, Conferência da ONU que negocia a implementação do Acordo de Paris. O documento, assinado em 2015, já foi aprovado como lei em 184 países, incluindo o Brasil. A expectativa é concluir a regulamentação do acordo. A conferência vai até dia 14 em Katowice, na Polônia.

O documento final precisa trazer detalhes sobre o financiamento das ações, transparência e monitoramento dos progressos e, ainda, encarar o desafio de se atribuir responsabilidades diferenciadas para os países, conforme seus estágios de desenvolvimento.

Uma questão que dificulta o consenso é a falta de respostas dos países desenvolvidos e maiores emissores históricos de gases-estufa para compensar as perdas e danos dos países mais vulneráveis às mudanças climáticas, como as nações menos desenvolvidas e as pequenas ilhas, que já sofrem com inundações marítimas e com a dificuldade de recuperação após desastres causados por eventos extremos.

Uma das armas desses países ilha é relatório científico do IPCC (sigla em inglês para Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas da ONU) sobre as ações necessárias para se manter o teto de 1,5°C no aumento da temperatura média global. Assim os países não desapareceriam com o aumento do nível do mar.

Manter o limite em 1,5°C já parecia impraticável em 2015, quando a ONU encomendou o relatório. O Acordo de Paris estabelece uma meta menos precisa para o final do século: "aumento de até 2°C, na direção de 1,5°C".

Agora, o relatório esclarece o tamanho do desafio. Segundo o estudo, se o mundo quiser manter o teto de 1,5°C, as emissões de gases-estufa precisam atingir seu pico em 2020 e então começar a cair até chegar a zero em 2040.

O chamado para mudanças drásticas na matriz energética, na indústria, nos transportes e no combate ao desmatamento vai na direção contrária da tendência mais atual: as emissões de carbono, estáveis nos últimos dois anos, voltaram a subir em 2017, segundo o relatório anual Global Carbon Budget (orçamento de carbono global). E mesmo os compromissos assumidos pelos países no Acordo de Paris não são suficientes para cumprir o teto estabelecido pelo documento.

Segundo o relatório anual da ONU Emissions Gap, lançado na semana passada, o esforço precisa ser três vezes maior que o atual para limitar o aquecimento do planeta em 2°C, ou cinco vezes maior para a meta de 1,5°C. É esperado que os países anunciem metas mais ambiciosas a partir de 2020, com a revisão das contribuições nacionalmente determinadas para o Acordo de Paris.

No último mês, diversos estudos relacionaram os efeitos já presentes da mudança climática com questões de saúde pública e desigualdade social.

Pesquisa da revista Lancet noticiada pela Folha na última semana mostra aumento de doenças cardiorrespiratórias e proliferação de mosquitos da dengue nas últimas seis décadas, apenas no Brasil. Segundo a pesquisa, a saúde da população mundial também está sendo afetada por ondas de calor, secas, inundações e outros eventos extremos.

O impacto desses desastres é ainda maior nas populações mais pobres, o que amplia as desigualdades sociais. O relatório indiano Climate Trends, divulgado na última sexta (30), calcula que as pessoas em regiões de baixa renda têm sete vezes mais chances de morrer quando expostas a riscos naturais do que populações equivalentes em regiões de alta renda.

Os mais pobres também têm seis vezes mais chances de serem feridos ou de precisarem se deslocar.

Os estudos são unânimes em afirmar que é "tecnicamente possível" mudar a trajetória de emissões de gases-estufa e evitar os cenários mais drásticos, com a adoção de ações radicais para o corte de emissões. As conclusões científicas aumentam a pressão sobre os políticos.

Os sinais dados por potências e lideranças das negociações climáticas estão aumentando a tensão política já antes do início da conferência. Depois de a eleição de Trump ter acarretado o desengajamento dos EUA, maior emissor histórico de carbono, agora a COP-24 começa com os holofotes sobre o Brasil,

que desistiu de sediar a edição de 2019 da conferência e cujo governo eleito tem se declarado contrário ao Acordo de Paris.

A presidência polonesa também está sob suspeita de privilegiar as declarações políticas em vez de facilitar a negociação de compromissos, de acordo com relatórios das reuniões preparatórias aos quais a Folha teve acesso.

Katowice, cidade polonesa que sedia a Conferência, é conhecida como a capital do carvão na Europa. Já é esperado pelos negociadores que o lobby dos combustíveis fósseis marque presença na COE

A reunião do G-20, que ocorreu em Buenos Aires, também deve influenciar o clima político em Katowice. O presidente francês Emmanuel Macron mandou recado de que seus acordos comerciais estão condicionados ao compromisso dos países latino-americanos com o Acordo de Paris.

Na sexta (30), os ministros de Negócios Estrangeiros da França e da China se juntaram ao secretário-geral da ONU, Antonio Guterres, para uma declaração de enfrentamento às mudanças climáticas, pedindo que os líderes do G-20 "reconheçam a urgência" do desafio e deem "impulso político para o sucesso da COP-24".

Guterres também deve acompanhar os primeiros dias da COP-24, cuja abertura contará com discursos de cerca de 30 chefes de Estado.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 20/10/2018

Seção: Editorial

Autor:

Título: Inflação menor com recuo do preço ao produtor

Prognosticando inflação mais baixa nos próximos meses, o Índice de Preços ao Produtor (IPP), divulgado há pouco pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), registrou queda de 0,84% em outubro em relação a setembro, a primeira redução desse indicador desde julho de 2017. O IPP, que mede a evolução dos preços na porta da fábrica, sem impostos e fretes, da indústria extrativa e da indústria de transformação, passou a acumular uma alta de 15,12% nos 12 meses findos em outubro, um ganho considerável em comparação com a taxa acumulada no mesmo período até setembro (18,17%). Neste ano a taxa até outubro é de 13,04%. Em outubro, houve queda de 2,24% na indústria extrativa (+12,82 em setembro) e de 0,76% na indústria de transformação (+2,45 no mês anterior).

Os bens de capital apresentaram diminuição de preço de 2,46%; os bens intermediários, de 0,84%; e os bens de consumo, de 0,41%. “O que percebemos em outubro de maneira geral”, afirma Alexandre Brandão, do IBGE, “é um recuo generalizado. E se deu em atividades bastante importantes, como alimentos.” É conveniente lembrar, bem a propósito, que o grupo Alimentação e Bebidas tem o maior peso (23,12%) no cálculo do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Das 24 atividades industriais pesquisadas, 16 registram queda de preços, destacando-se – além dos alimentos, que tiveram uma redução de 1,99% e impacto de -0,36 ponto percentual – metalurgia (reco de 3,19% e impacto de -0,27 ponto) e equipamentos de transporte (queda de 5,84% e impacto de -0,14 ponto). O IBGE observa que a valorização média de 8,4% do real em outubro ajudou a segurar os preços das commodities agrícolas e minerais cotadas em dólar ou de manufaturados ligados a contratos internacionais, como aviões.

Apresentaram as maiores altas o refino de petróleo e produtos sucroalcooleiros, com avanço de 1,57% nos preços e contribuição de 0,20 ponto percentual, o que evitou uma queda maior do IPP em outubro. A situação poderia ter sido pior se não tivesse havido moderação nos preços dos combustíveis. A expectativa é de que, com os preços do petróleo variando em torno de US\$ 60 há algumas semanas, as pressões dos combustíveis diminuam, pelo menos no médio prazo, favorecendo novas baixas do IPP.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 20/10/2018

Seção: Metrópole

Autor:

Título: Minas nega atrasos; fundação destaca investimentos

O procurador-chefe de Meio Ambiente da Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais (AGEMG), Lyssandro Norton Siqueira, afirma que, se existe atraso, não é por conta do governo. “Eventuais demoras se dão por conta de ações individuais entre atingidos e as empresas. O Estado não tem interferência nestas ações.” Segundo ele, dias após a tragédia, a AGE conseguiu na Justiça bloqueio de R\$ 1 bilhão, para uso em ações pós-desastre. Procurada, a Renova nega que não tenha havido avanços e diz que ações de reparação foram executadas desde as primeiras horas depois do rompimento da barragem. “Foram investidos R\$ 4,5 bilhões nas ações de recuperação. Até o momento, cerca de mil obras foram concluídas, como praças, alamedas e escolas, além da reforma de mais de cem residências e propriedades rurais”, diz a Renova.

Segundo a fundação, “projetos e iniciativas com aporte de R\$ 120 milhões estão desenvolvendo o biomonitoramento aquático do Rio Doce”. A Renova diz ainda

que há frentes de trabalho na área da saúde, como estudos epidemiológicos e toxicológicos. O Ibama disse que a reparação dos danos ocorre sob orientação e fiscalização do Comitê Interfederativo (CIF). Segundo o órgão, foram recuperadas nascentes e áreas degradadas, e o CIF aplicou quatro multas à Renova, que somam R\$ 34 milhões. A maior delas é por descumprimento da dragagem da **Usina hidrelétrica de Risoleta Neves**. O Estado também procurou a Samarco e a Secretaria de Meio Ambiente do Espírito Santo, que não se manifestaram. / LEONARDO AUGUSTO, ESPECIAL PARA O ESTADO

MME / ASCOM .